

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

2016

Flavio SOARES DA GAMA / f.soaresdagama@afdb.org

Idrissa SANOUSSI / idrissa.sanoussi@undp.org





SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4% em 2015, abaixo dos 4.5% registados em 2014, mas prevê-se que recupere para 5% nos próximos dois anos.
- São Tomé e Príncipe apresentou o melhor desempenho da África Central para a governação global, no Índice Ibrahim 2015, com melhorias fundamentais nas oportunidades económicas, direitos humanos e Estado de Direito.
- O movimento do campo para a cidade tornou imperativa uma estratégia nacional de urbanização, na ausência de qualquer planeamento nacional.

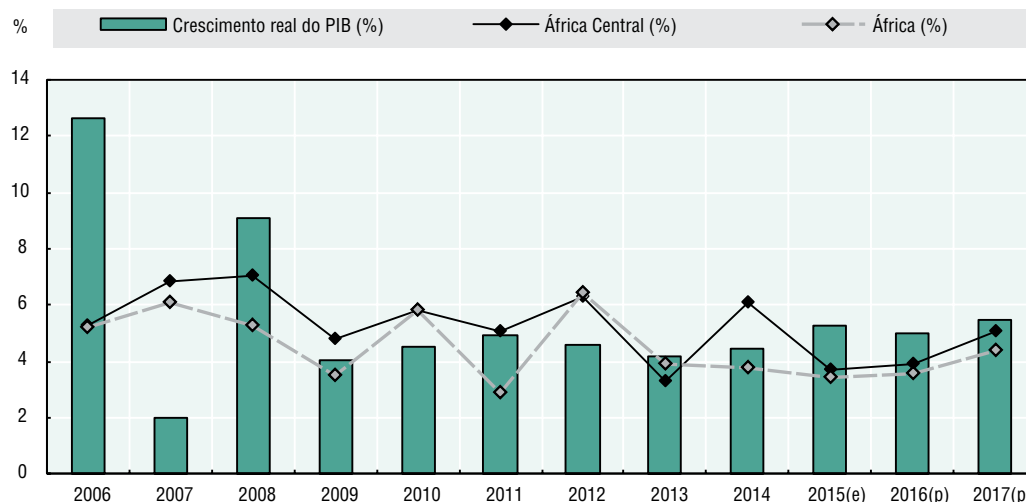
Visão global

A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4% em 2015, abaixo dos 4.5% registados em 2014. A aprovação tardia do Orçamento de Estado para 2015, de que resultou o não-desembolso dos donativos para projetos de investimento e apoio ao orçamento, foi a principal causa da queda registada. A economia deverá recuperar, com uma estimativa de crescimento de 5% e 5.4% para 2016 e 2017, respetivamente. O aumento do investimento direto estrangeiro na construção, agricultura e turismo deve impulsionar o crescimento. A agricultura, a construção, o investimento direto estrangeiro, os novos projetos financiados por doadores e o turismo vão liderar o crescimento económico futuro. A inflação cairá de 5.3% em 2015, para cerca de 4% em 2016 e 2017, apoiada no regime de câmbio fixo. As reformas estruturais para o crescimento económico sustentável e a criação de emprego são fundamentais na agenda de reformas económicas do Governo. Tais reformas incluem a melhoria do registo dos contribuintes e o alargamento da base tributária através do registo de novos contribuintes. O Governo também reviu o código de investimentos, definiu estratégias para o desenvolvimento do setor financeiro e do setor privado e está a implementar um mecanismo de ajustamento automático de preços para os produtos petrolíferos. A efetiva aplicação das reformas e estratégias irá melhorar a eficiência da administração pública e dos serviços sociais à população.

A credibilidade, responsabilidade e transparência do sistema de administração financeira SAFE mantêm-se como aspetos críticos para o Governo. O sistema foi iniciado como um projeto piloto em quatro ministérios, que foram objeto de descentralização e foram usados para preparar os orçamentos de 2010, 2011 e 2012. O Governo também está a ultimar a criação de um departamento de controlo financeiro eletrónico no sentido de contribuir para a apresentação de reportes relativos às contas financeiras.

A capital do país, São Tomé, é o único aglomerado urbano. Em 2015, os seus 131 000 habitantes representavam 68% do total da população. A cidade e arredores, estão sujeitos a um aumento da urbanização. A ilha do Príncipe (7 450 habitantes em 2015) não possui nenhuma aglomeração urbana. Embora a migração para as cidades pareça estar a diminuir, estima-se uma taxa média de crescimento anual de urbanização na ordem dos 1.87%, para o período 2013-18.

Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fonte: BAD, Departamento de Estatísticas do PEA (e); projeções (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	4.5	5.3	5.0	5.4
Crescimento real do PIB per capita	2.3	3.1	2.9	3.3
Inflação medida pelo IPC	6.7	5.3	4.6	4.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-5.5	-6.1	-3.9	-4.0
Conta corrente, em % do PIB	-24.2	-14.0	-13.8	-13.5

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Desenvolvimentos recentes e perspetivas

São Tomé e Príncipe registou ganhos macroeconómicos moderados em 2015. São necessários maiores esforços do Governo destinados a incentivar um crescimento mais diversificado, inclusivo e gerador de emprego. O Produto Interno Bruto (PIB) real cresceu 4% em 2015, em comparação com 4.5% em 2014, com o investimento estrangeiro a diminuir devido à aprovação tardia do Orçamento do Estado para 2015. A economia deverá recuperar em 2016 e 2017, com um crescimento previsto de 5% e 5.4%, respetivamente. Esta melhoria será impulsionada pela agricultura, o turismo, o aumento do investimento direto estrangeiro em construção para apoiar a agenda de transformação do Governo e os novos projetos financiados pelos doadores.

O setor de serviços, em especial o comércio por grosso e a retalho, hotéis e restauração, permanecem no cerne da economia, tendo respondido por cerca de 30% do PIB em 2013. A agricultura também teve um bom desempenho, contribuindo para cerca de 25.6% do PIB no mesmo ano.

A incerteza sobre a produção de petróleo está a condicionar o crescimento. Embora existam reservas sobre as perspetivas do petróleo, o Governo continua otimista sobre a escala e a viabilidade comercial das reservas de São Tomé Príncipe. A Autoridade Conjunta de Desenvolvimento do Governo anunciou um acordo de partilha de produção para o bloco 1 da Zona de Desenvolvimento Conjunto com a *Equador Hydrocarbons Limited* (assegurando 56% dos direitos), a *PAPIS Energy Solutions* (35%), e a *Dangote Energy Equity Resources* (9%). Da mesma forma, foi assinado um acordo de partilha de produção para o bloco 6 da Zona Económica Exclusiva com a *Galp Energia* de Portugal. O desenvolvimento desses projetos e a produção de petróleo a



longo prazo irão mudar significativamente a estrutura da dívida do país, atualmente com alto risco de sobre-endividamento. Há, no entanto, necessidade de criar suporte para o programa de investimento público do Governo.

O Governo negociou uma nova Facilidade de Crédito Alargado (FCA), para o período 2015-18, com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O novo programa ajudou o Governo a implementar o controlo mais prudente das despesas em 2015. As despesas correntes caíram de 18.6% em 2014, para 17.9% do PIB em 2015. Além disso deverá registar-se uma melhoria no controlo das despesas em 2016 e 2017, principalmente através da redução das transferências correntes. A receita total do Estado aumentou para 15% do PIB em 2015, acima dos 14.1% verificados em 2014. Como resultado, o défice orçamental primário foi estimado em 2.7% do PIB em 2015, abaixo dos 3.4% do PIB em 2014. São esperadas novas melhorias em 2016 e 2017. O Governo, através do Banco Central, emitiu Bilhetes do Tesouro a uma taxa de juro de 6% e 3% e maturidades de seis e nove meses, respetivamente, para financiar o défice orçamental e revitalizar o mercado secundário. Os títulos foram subscritos principalmente pelos bancos comerciais.

O Governo está a tentar implementar reformas para melhorar a administração pública e a prestação de serviços sociais essenciais. Estas reformas incluem, a revisão do código de investimentos, a preparação de estratégias para os setores financeiro e privado e um mecanismo automático de ajustamento de preços dos produtos petrolíferos. O Governo deve também ter em atenção as questões estruturais que afetam a economia, em especial a escassez de infraestruturas (um aeroporto e porto), e a promoção das pequenas e médias empresas.

Apesar dos desafios, os indicadores sociais melhoraram em termos gerais, em resultado de políticas recentes, incluindo o programa de alimentação escolar, os cuidados de saúde materna gratuitos e outros. De acordo com o Relatório de Nutrição Mundial 2014, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), têm-se registado melhoras na disponibilidade de alimentos. Por exemplo, a percentagem de pessoas subnutridas caiu de 23% em 2000 e de 8% em 2010, para 7% em 2014. Têm sido também registados progressos na cobertura do saneamento básico que se situou em 34% em 2012, que compara com 21% em 2000, e na cobertura de água potável que foi de 33% em 2012, contra 23% em 2000. Também se têm registado progressos na taxa de mortalidade infantil que caiu para 35 mortes por 1 000 nados vivos em 2015, que compara com 43 mortes em 2013. Em novembro de 2013, a taxa de desnutrição situou-se em 14.4% e deverá diminuir para 10% até 2018.

Tabela 2. PIB por setor (em percentagem do PIB)

	2009	2013
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	25.9	25.6
dos quais pesca
Indústria extrativa	0.6	0.4
das quais petróleo
Indústria transformadora	5.7	4.2
Eletricidade, gás e água	1.9	1.8
Construção	7.5	4.9
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, bens de consumo, hotelaria e restauração	30.3	30.0
dos quais hotelaria e restauração	1.6	1.8
Transportes, armazenagem e comunicações	17.8	18.4
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	-2.2	-2.2
Administração pública e defesa	5.9	9.8
Outros serviços	6.7	7.0
Produto Interno Bruto a preços básicos/custo dos fatores	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.



A política macroeconómica

Política orçamental

O quadro de política macroeconómica de São Tomé e Príncipe foi impulsionado pela aprovação de uma linha de crédito para 2015-18, com o apoio do FMI. O novo quadro é fundamental para o programa de reformas económicas do Governo com vista a promover o crescimento sustentável e a redução da pobreza.

Em maio de 2015, o Parlamento aprovou um Orçamento de Estado para 2015 mais prudente, de 140 milhões de USD, contra 150 milhões de USD em 2014. Os setores de combustíveis e energia elétrica foram os principais beneficiários, com 25% da dotação orçamental total. Outros destinatários prioritários foram as infraestruturas (18%), serviços públicos (16%), saúde (10%) e educação (7%).

Para 2015, a receita total do Estado foi projetada para atingir 15% do PIB, acima dos 14% registados em 2014. Esperam-se outros aumentos em 2016 e 2017. A receita fiscal, em particular o imposto sobre a propriedade, foi uma fonte chave, recolhendo 120% do montante almejado. Os impostos indiretos, especialmente o imposto de consumo sobre os produtos locais, permitiu a recolha de 119% da meta programada. Embora nenhum desembolso para o apoio orçamental tenha tido lugar de janeiro a setembro de 2015, os recursos recebidos nos últimos três meses melhoraram o desempenho das subvenções. Os donativos recebidos foram responsáveis por 15% do PIB em 2015, acima dos 10% em 2014. As despesas correntes caíram para 17.9% do PIB em 2015, contra 18.6% em 2014, principalmente devido à redução das transferências correntes. Prevêem-se novas melhorias em 2016 e 2017 devido a uma redução de 23.7% na aquisição de serviços. Como resultado, o défice do saldo primário melhorou para 2.7% do PIB em 2015, contra 3.4% em 2014. No futuro, o Governo prevê uma nova redução do défice do saldo primário para 2% do PIB em 2016 e 1.8% em 2017. Esta situação deverá resultar do aumento dos donativos para projetos, receitas fiscais e apoio ao orçamento. O défice orçamental será financiado pela ajuda externa. (Tabela 3).

Para alcançar a estabilidade macroeconómica, o Governo, com o apoio dos parceiros do desenvolvimento, iniciou várias reformas e estratégias, que inclui a preparação de uma nova estratégia para o setor privado, a revisão do código de investimentos, a preparação de uma estratégia do setor financeiro e de diálogo sobre como iniciar um mecanismo automático de ajuste de preços dos produtos petrolíferos. Um inquérito relativo à inclusão do contribuinte foi concluído em todos os distritos de São Tomé, com a inscrição de 1 000 novos contribuintes na base de dados do Governo. Registaram-se melhorias no sistema de controlo interno, incluindo a regularização de atrasados entre a companhia de eletricidade, a empresa de combustíveis e o Governo, estimados em 13.6% do PIB, com o apoio do FMI. Além disso, o Governo prevê a introdução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em 2017. A aplicação efetiva destas medidas vai melhorar o nível das receitas e reduzir a pressão fiscal.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB)

	2007	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Receitas totais (inclui donativos)	162.7	33.3	33.1	26.0	24.3	24.1	24.5
Receitas fiscais	16.2	13.9	15.9	14.1	13.7	13.0	13.2
Receitas do petróleo	124.5	17.3	12.8	10.4	9.1	9.5	9.4
Despesas totais e empréstimos líquidos (a)	38.6	43.9	31.3	31.5	30.4	28.0	28.5
Despesas correntes	24.6	17.3	18.7	18.6	17.6	16.6	16.1
sem juros	23.2	16.7	18.2	17.9	17.2	16.5	15.9
Ordenados e salários	8.8	8.3	9.2	9.1	8.9	8.5	8.1
Juros	1.3	0.6	0.5	0.7	0.4	0.1	0.2
Despesas de Investimento	14.0	26.7	12.5	12.9	12.8	12.5	12.4
Saldo primário	125.4	-10.1	2.4	-4.8	-5.6	-3.8	-3.8
Saldo global	124.1	-10.7	1.9	-5.5	-6.1	-3.9	-4.0

Nota: a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.



Política monetária

O Governo cumpriu a meta da inflação anual de 5% para 2015. A taxa de 5.3% registada no final do ano caiu relativamente aos 6.7% registados em 2014, impulsionada pelo regime de câmbio fixo decorrente da ancoragem da dobra ao euro e pela baixa registada nos preços dos bens alimentares e dos combustíveis. Como importador líquido de alimentos e combustíveis, o país é vulnerável às flutuações dos preços no mercado internacional. Espera-se uma descida da inflação para 4% em 2016 e 2017, apoiada pelo regime de câmbio fixo.

No terceiro trimestre de 2015, o crédito à economia cresceu 4.1% liderado por um aumento de 3.7% no crédito ao setor privado, que tem sido afetado por níveis elevados de endividamento das famílias e das empresas. O crédito dos bancos comerciais aumentou 5.5%. Já o crédito ao Governo melhorou em 30% ao longo de 2014, liderado por um aumento de 17% em depósitos, como resultado das doações da parte do Taipé Chinês.

Com vista a mobilizar recursos para financiar o défice orçamental, o Banco Central, em junho de 2015, emitiu Bilhetes do Tesouro a uma taxa de juro de 6% e uma maturidade de 6 meses. Em fevereiro de 2016, teve lugar uma segunda emissão a uma taxa de juro de 3% e uma maturidade de nove meses. Todos os títulos foram subscritos pelos bancos comerciais. A operação também visou dar impulso ao mercado secundário e ao setor financeiro. Para apoiar a agenda de crescimento inclusivo, o Banco Central reduziu a taxa básica de juro, de 12% em 2013, para 10% em 2014. Como resultado, em 2015, a taxa de empréstimo dos bancos comerciais diminuiu para 23.3%, que compara com os 26% registados nos anos anteriores e um *spread* de 17%. Como parte das reformas do Governo, foi elaborada, com a assistência do Banco Mundial, uma estratégia para o setor financeiro. O rácio mínimo de adequação de capital de risco ponderado permaneceu inalterado em 10%. O nível das reservas externas manteve-se alto em seis meses de importações, acima dos cinco meses em 2014. Um aumento esperado na assistência externa (donativos e empréstimos) irá dar apoio à melhoria das reservas externas.

A cooperação económica, integração regional e comércio

O fortalecimento das relações económicas e de integração na região foram as áreas-chave de desenvolvimento na estratégia de redução da pobreza nacional de São Tomé e Príncipe, para 2012-16. Um estudo atualizado – Estudo Diagnóstico de Integração do Comércio – elaborado em 2013, com o apoio do Banco Mundial, recomendou uma visão pública de longo prazo para o turismo, os serviços profissionais e de transbordo, ao consolidar o setor primário (em particular o cacau), a competitividade e a resiliência, o que implicará o investimento em infraestruturas marítimas e de transporte aéreo, o fortalecimento institucional e o desenvolvimento agrícola.

Os bens de consumo dominam as importações do país. Com um ligeiro aumento, as mercadorias exportadas representaram 5.4% do PIB em 2015. As exportações são dominadas pelo cacau, que representa 93% dos produtos agrícolas exportados. O peso das mercadorias importadas diminuiu em 2015, mas manteve-se em cerca de 37% do PIB. Como resultado, o défice da balança comercial melhorou para 31.5% do PIB, contra 37.8% em 2014. Enquanto outras melhorias são esperadas nas exportações de bens e serviços, as importações de bens, especialmente de bens de consumo, também irão aumentar em 2016 e 2017. O défice da conta corrente melhorou para 14% do PIB em 2015, que compara com 24.2% em 2014, devido, principalmente, ao aumento das transferências públicas e à redução das importações. Para combater os desafios transfronteiriços, foram garantidos recursos do Banco Africano de Desenvolvimento para a segunda fase do sistema aduaneiro informatizado ASYCUDA com o objetivo de eliminar a utilização de procedimentos complexos, reduzir a burocracia, centralizar impostos e taxas, e facilitar o comércio exterior. O sistema também ajudou a reduzir a evasão fiscal e agilizar o processo de apuramento. São Tomé e Príncipe reforçou a cooperação Sul-Sul com Angola e o Brasil, mas a cooperação económica continua focada na Europa, que corresponde por cerca de 50% das exportações e 60% das importações. Em 2016, São Tomé e Príncipe classificou-se no 111º lugar entre 189 países, contra o 112º lugar em 2014, em termos de comércio transfronteiriço, no Relatório *Doing Business* do Banco Mundial.



O Governo está a fazer progressos em termos de livre circulação de pessoas como parte de um protocolo de acordo com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Em outubro de 2015, foi aprovado um decreto permitindo aos cidadãos dos países da CPLP visitar São Tomé e Príncipe sem visto por um período de 15 dias. Esta medida, destinada a impulsionar o turismo, também foi estendida a alguns países da União Europeia e aos Estados Unidos.

Tabela 4. Balança corrente (em percentagem do PIB)

	2007	2012	2013	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Balança comercial	-39.8	-36.4	-37.9	-37.8	-31.5	-29.8	-28.4
Exportações de bens (f.o.b.)	4.7	5.7	4.2	5.1	5.4	5.0	4.4
Importações de bens (f.o.b.)	44.5	42.1	42.1	42.9	37.0	34.7	32.7
Serviços	-8.2	-2.5	-8.9	-3.9	-3.7	-3.4	-2.9
Rendimento dos fatores	3.1	-1.8	0.9	1.7	-0.6	-0.6	-0.4
Transferências correntes	15.2	19.9	22.7	15.8	21.9	20.0	18.1
Saldo da Conta Corrente	-29.8	-20.8	-23.2	-24.2	-14.0	-13.8	-13.5

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Política da dívida

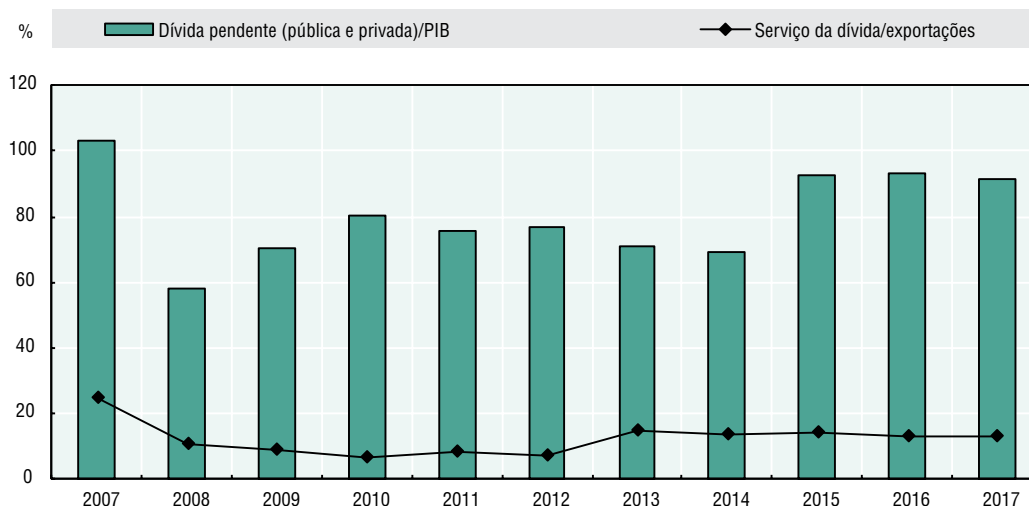
Em 2015, estima-se uma dívida total na ordem dos 75% do PIB. A composição da dívida mudou desde que São Tomé e Príncipe atingiu o ponto de conclusão da Iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), com o apoio do Banco Mundial e do FMI, em 2007. A quota da dívida multilateral caiu de quase 60%, antes do ponto de conclusão, para 19%. Angola continua a ser o principal credor bilateral e a Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial o principal credor multilateral.

Em junho de 2015, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial concluíram a segunda avaliação conjunta sobre a sustentabilidade da dívida do país. A avaliação registou melhorias, lideradas principalmente pela tendência de crescimento das exportações entre 2013-15, quando comparada com a anterior revisão, em junho de 2014. No entanto, o progresso ainda não foi suficiente para alterar a posição global da dívida de São Tomé e Príncipe que permanece de “alto risco”. O rácio da dívida / exportações situa-se em 140%, ultrapassando o limite de 100%, em 2011. Espera-se que a posição externa apenas melhore a partir de 2025, quando a percentagem deverá novamente cair abaixo de 100%.

A elevada dependência de São Tomé e Príncipe da ajuda externa aumenta o seu risco de sofrer perdas económicas com as flutuações económicas globais, particularmente do mercado europeu. Os choques serão refletidos em menores exportações e receitas do turismo, bem como na redução do investimento direto estrangeiro. É extremamente importante para o Governo continuar a implementar políticas macroeconómicas abrangentes com vista a aumentar o potencial do país e priorizar projetos de investimento que criem crescimento económico e emprego.



Figura 2. Estoque total de débito (percentagem do PIB) e serviço da dívida (percentagem de exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Artigo IV).

Governança económica e política

Setor privado

O Governo está a dar passos para reforçar o dinamismo do setor privado. Apesar de um pequeno declínio evidenciado no Relatório *Doing Business* 2016, o país tem feito progressos nos últimos anos. São Tomé e Príncipe classificou-se na posição 166 entre 189 países em 2016, abaixo da posição 163 em 2015, embora melhor do que a posição 169 registada em 2014. O Relatório identifica a obtenção de crédito, o cumprimento de contratos, a proteção dos pequenos investidores e o registo de propriedade como principais constrangimentos ao desenvolvimento do setor privado. O desenvolvimento das pequenas e médias empresas é dificultado pelas altas taxas de juro em moeda local, entre 24% e 26%. Como economia aberta, há poucas restrições em matéria de entrada ou saída de empresas. Por exemplo, de acordo com o Relatório *Doing Business*, são necessários cinco dias para iniciar um negócio.

As reformas do Governo nos últimos anos têm desempenhado um papel fundamental nos rankings do país. De entre as reformas, destaque para: i) abolição da exigência de capital mínimo às entidades empresariais para a obtenção de licenças comerciais; ii) progresso na resolução de falências; iii) progresso no comércio transfronteiriço, e iv) implementação de isenção de visto para os cidadãos dos Estados Unidos, dos países de língua portuguesa e do Canadá. A partir de fevereiro de 2016, o Governo estabeleceu uma plataforma eletrónica para permitir o registo rápido de novas empresas. Em 2015, o Governo também aprovou uma estratégia de desenvolvimento do setor privado para 2015-24, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento, e reviu o código de investimentos.

Estão a ser feitos esforços para remover os pesados procedimentos e garantir o cumprimento fiscal nos departamentos fiscais e aduaneiros. O Governo está a implementar a segunda fase do *software* ASYCUDA que tem como objetivo melhorar o processo de importação-exportação e reduzir os custos de transporte.



Setor financeiro

O setor financeiro em São Tomé e Príncipe continua vulnerável às flutuações externas já que a maioria dos bancos comerciais são de propriedade estrangeira, muitos deles com sede em Angola, Camarões e Nigéria. Os bancos comerciais dominam o setor, com mais de 90% dos ativos totais do sistema financeiro.

O Governo preparou um Plano de Implementação e Desenvolvimento do Setor Financeiro com a assistência dos parceiros do desenvolvimento. O Plano tem como objetivo proporcionar um roteiro claro para a reforma das políticas financeiras. Foi também reconhecido o desempenho positivo do país comparativamente a outros países pequenos de rendimento baixo ou medio-baixo em termos de depósitos mobilizados e crédito concedido.

A combinação do fraco desempenho dos bancos comerciais, uma alta taxa de empréstimos malparados (24.9% a partir de setembro de 2015) e uma redução adicional do rácio de adequação de capital ampliaram os riscos no sistema bancário. Os bancos comerciais devem repensar os seus planos de negócios para garantir a sustentabilidade a médio-longo prazo. As suas estratégias estavam ancoradas nas expectativas de produção de petróleo que foi adiada. O setor bancário comercial continua a enfrentar dificuldades. A rentabilidade do capital próprio permanece baixa e apresentou um défice de 3.3% em junho de 2015, acima dos 2.9 registados no mesmo período em 2014. A falta de garantias e as altas taxas de juro permanecem barreiras críticas para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

O Banco Central tem vindo a registar progressos no sentido da internacionalização do sistema automático de pagamentos “Rede Dobra 24”, ampliando o uso de cartões de crédito internacionais com a assistência do BAD. Esta assistência apoia os esforços do Governo para fortalecer o sistema de pagamentos nacional com vista a apoiar a inclusão financeira e o desenvolvimento do setor privado.

Gestão do setor público, instituições e reformas

São Tomé e Príncipe continua a ter o melhor desempenho da África Central em termos de governação global. O país ficou em 13º lugar entre 54 países no Índice Ibrahim 2015 de Governação em África. Foram registadas melhorias nas oportunidades económicas sustentáveis (melhor desempenho no ambiente de negócios e setor rural), participação e direitos humanos (melhor desempenho na participação), segurança e Estado de direito (melhor desempenho em segurança pessoal).

O Governo coloca como prioridade a necessidade de uma gestão eficiente dos fundos públicos. Há instituições de controlo interno e externo, embora as mesmas se ressintam da falta de meios. No *International Budget Partnership 2015 Open Budget Survey*, São Tomé e Príncipe atingiu 29 pontos em 100, o que significa que o Governo fornece informações mínimas para que o público seja capaz de monitorar os orçamentos.

Gestão de recursos naturais e meio ambiente

São Tomé e Príncipe tem procurado abordar o impacto negativo das alterações climáticas com o apoio dos seus parceiros, nomeadamente do PNUD e da multilateral *Global Environment Facility* (GEF). Por exemplo, em 2015, equipamento e treino foram fornecidos a 24 comunidades locais na gestão de riscos e prevenção das alterações climáticas. Uma avaliação do sistema de alerta às mudanças climáticas foi concluída e identificados os locais onde instalar centros de informações meteorológicas. Também foram instaladas Redes comunitárias de rádio em Ribeira Afonso para transmitir informações sobre mudanças climáticas e os residentes na comunidade Malenga foram realojados devido aos riscos de erosão costeira. Além disso, o GEF disponibilizou 3.5 milhões de USD para complementar os recursos do projeto de segurança alimentar PRIASA II.



A Lei de bases do ambiente de 1999 sublinha a necessidade da proteção equilibrada e sustentada de um ambiente verde. Uma série de leis ambientais importantes, tais como a lei de 2001 sobre o desmatamento, a conservação da fauna, flora e áreas protegidas (1999), legislação sobre resíduos de 1996 e uma lei de 2001 sobre a pesca e espécies marítimas, estão em vigor. No entanto, a aplicação efetiva dessas leis é motivo de preocupação.

Contexto político

As eleições conjuntas, legislativas, locais e regionais, realizadas em outubro 2014, trouxeram estabilidade política a um país onde nenhum partido tinha completado um total de quatro anos no poder nos últimos anos. Uma gestão macroeconómica prudente e a estabilidade política são as principais prioridades do Governo que tomou posse em dezembro de 2014. Estas expectativas tornaram-se ainda mais críticas depois do país apresentar a sua nova visão de desenvolvimento, a “Visão 2030”, que visa transformar o país numa plataforma giratória de transbordo destinada aos parceiros públicos e operadores privados, numa conferência de investidores e Parceiros de São Tomé e Príncipe, realizada em Londres, em outubro de 2015. O objetivo da conferência era mobilizar fundos para implementar projetos de desenvolvimento estrutural e transformacional.

As eleições presidenciais marcadas para julho / agosto de 2016 apresentam um novo desafio à governação. O calendário e o número de potenciais candidatos permanecem incertos. O Governo tem recebido apoio financeiro e técnico do Timor Leste para adquirir uma nova plataforma de dados e novos cartões de registo eleitoral.

Os progressos realizados em oportunidades económicas sustentáveis, participação e direitos humanos e segurança e Estado de direito, ajudaram a melhorar o desempenho geral da governação do país. No Índice Ibrahim 2015, São Tomé e Príncipe ocupa o 13º lugar entre 54 países africanos, o mesmo que 2014. O Relatório anual *Freedom in the World 2015* da Freedom House, avalia São Tomé e Príncipe como “livre”. Em termos de liberdade, direitos políticos e liberdades civis, o país obteve pontuação dois, ou seja, livre, numa escala de um (melhor) a sete (pior). O país também subiu ligeiramente em relação à integridade administrativa. Foi classificado em 76º lugar entre 175 países, contra 77º em 2013, no Índice de Perceção da Corrupção Mundial 2014, da Transparência Internacional.

Contexto social e desenvolvimento humano

Construção de recursos humanos

A Estratégia de Política de Educação para 2012-20 continua a ser o marco orientador para o setor da educação. A estratégia prevê o livre acesso à educação básica e a assistência financeira às famílias pobres. Um donativo de 1.1 milhões de USD da Parceria Global para a Educação, para 2014-17, foi doado com o objetivo de melhorar a formação dos professores e de fortalecer a capacidade humana no setor da educação.

São Tomé e Príncipe foi classificado no 143º lugar entre 187 países no desenvolvimento humano no Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2015. O país registou progressos significativos na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) referentes a educação e saúde. Em 2015, a taxa líquida de matrículas no ensino primário situou-se em 98%, que compara com 80% em 1990. A taxa de mortalidade infantil melhorou para 38 por mil nados vivos, contra 89 por mil em 1990. A taxa de mortalidade materna de 76 por 100 000 nascimentos melhorou a partir de 151 em 2005. Na luta contra o HIV / SIDA, a prevalência foi reduzida para 0.5% da população em 2015, contra 1.5% em 2009, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). A luta contra a malária também tem registado resultados positivos. O país não registou qualquer morte por malária em 2015 e está a consolidar a erradicação da malária na ilha do Príncipe. Além disso, o país também concluiu um plano quinquenal, denominado Plano



Estratégico Nacional, cujo objetivo é a pré-eliminação da Malária em 2016. No entanto, são necessários esforços adicionais para atingir os outros ODM e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030.

As reformas implementadas pelo Governo em 2014 ajudaram a melhorar os indicadores sociais, em especial o acesso a serviços sociais básicos. De acordo com o Relatório de Nutrição Global de 2014 da FAO, existe uma maior disponibilidade de alimentos. A percentagem de pessoas subnutridas diminuiu de 23% em 2000 e de 8% em 2010, para 7% da população em 2014. Também foram registados progressos na cobertura do saneamento básico, que se situou em 34% em 2012, contra 21% em 2000 e na cobertura de água potável, 33% em 2012, que compara com 23% em 2000.

A redução da pobreza, proteção social e emprego

O Governo preparou relatórios anuais de acompanhamento da sua Estratégia Nacional de Redução da Pobreza. Estes relatórios têm ajudado a reunir dados que permitem um levantamento da pobreza elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Apesar dos progressos registados no crescimento económico, a pobreza e o desemprego permanecem como preocupações. De acordo com dados do INE de 2015, estima-se uma incidência da pobreza de 66.2% da população e uma taxa de desemprego de 13.6%. Contudo, a taxa de desemprego é maior entre a população com menos de 24 anos (32.7%) e 60% dos desempregados têm menos de 34 anos.

O desemprego mantém-se devido à estrutura e dinâmica da população, ao ineficiente sistema de educação e formação profissional, à debilidade da economia nacional e à insuficiente atenção do Governo às questões do emprego. Há também uma falta de oportunidades na economia nacional subfinanciada e dominada pelo setor informal e a ausência de uma abordagem dinâmica de emprego com base numa verdadeira parceria público-privada.

O sistema de proteção social de São Tomé e Príncipe envolve um grande número de atores institucionais, tais como a saúde, a educação, os assuntos sociais, o emprego e as finanças, bem como as autoridades locais e as comunidades, parceiros do desenvolvimento, organizações não-governamentais e o setor privado. Uma lei de 1990 estabeleceu dois regimes contributivos para a segurança social: um regime geral e um regime voluntário. Há também um sistema de assistência social que visa proporcionar assistência a pessoas em situação de risco e às populações mais necessitadas, idosos, famílias chefiadas por mulheres e jovens desempregados. As famílias que vivem na pobreza extrema, que não podem cumprir requisitos mínimos de alimentação, são a principal prioridade para a proteção social. Estes representaram cerca de 20% da população em 2015. Essas famílias não têm rendimentos regulares, não comem três refeições por dia e têm escasso acesso a serviços básicos de educação e de saúde. O sistema de segurança social cobre apenas 17% da população ativa, principalmente trabalhadores do setor público. O sistema é caracterizado por um baixo nível de pensões, uma baixa proporção de população economicamente ativa relativamente aos reformados, e uma grande dívida do Governo ao Instituto Nacional de Segurança Social.

Igualdade de género

As questões de género têm merecido atenção especial nos planos e estratégias recentes, incluindo a Agenda de Transformação 2030. Cerca de 50.7% da população é do sexo feminino. Um terço de todas as famílias é chefiada por mulheres, que vivem sós ou “em coabitação”, com menor consumo per capita do que as famílias chefiadas por homens. A taxa de desemprego nacional é superior a 13% – 19% para as mulheres e 9% para os homens – segundo o 4º Censo Nacional de Habitação e População. As mulheres constituem a maioria das pessoas a trabalhar na economia informal, tornando-as mais expostas a empregos precários, com baixos salários e proteção social. No entanto, foram tomadas medidas destinadas a criar empregos para as mulheres, através do estímulo à produção de produtos agrícolas, com o apoio dos parceiros de desenvolvimento. Através de projetos como o PRIASA, a capacidade das mulheres em áreas como as pescas e o



desenvolvimento de atividades de valor acrescentado, está a ser reforçada. A participação das mulheres no Parlamento (18% em 2015), no Governo (apenas uma mulher ministro em 13), em missões diplomáticas (nenhuma mulher), nos partidos políticos e empresas continua a ser marginal em comparação com o seu peso na população, os níveis de educação e a contribuição para a economia. No Índice de Desenvolvimento do Género de 2014, do Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD, São Tomé e Príncipe está situado no 115º lugar entre 187 países. Na educação, a proporção de mulheres matriculadas no ensino primário relativamente aos homens foi de 97.6% em 2013, enquanto que o mesmo rácio para o ensino secundário foi de 110.9%.

Secção temática: Cidades sustentáveis e transformação estrutural

São Tomé e Príncipe faz parte do grupo de países menos desenvolvidos e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento que enfrentam vários desafios de desenvolvimento como a insularidade, a pequena dimensão do mercado, o alto custo de infraestruturas e transportes, e a dependência da ajuda externa.

A independência em 1975 trouxe grandes mudanças sociais e económicas. As terras foram inicialmente privatizadas e 12 anos depois redistribuídas, em pequenas parcelas, pelos antigos empregados das empresas agrícolas. Entre as mudanças na divisão das terras e do seu papel e função, foram feitas novas reformas com vista a reduzir os desequilíbrios entre as zonas urbanas e rurais.

A capital, São Tomé, é a única aglomeração do país. A sua população de 131 000 habitantes em 2015 representava 68% do total da população. Para o período 2013-18 está prevista uma taxa média anual de crescimento da urbanização na ordem dos 1.87%. A Ilha do Príncipe, com 7 450 habitantes em 2015, não tem nem mesmo uma cidade.

A cidade de São Tomé tipifica o desafio de superar as disparidades urbanas. O seu crescimento é semelhante ao de outras grandes cidades africanas. A migração das zonas rurais para as áreas urbanas acarreta o risco de mais assentamentos humanos não planeados e de aumento da criminalidade, embora estes ainda não constituam grandes problemas. Devido à posição periférica do país, a logística é difícil e verificam-se altos custos de transporte e deficientes ligações para outras partes do mundo. Mais de 80% dos projetos e programas de infraestruturas são financiados pela ajuda externa devido à fraca mobilização de recursos internos. O país está exposto a riscos de mudanças climáticas, nomeadamente ao aumento das temperaturas, redução das chuvas, aumento dos níveis do mar e erosão costeira.

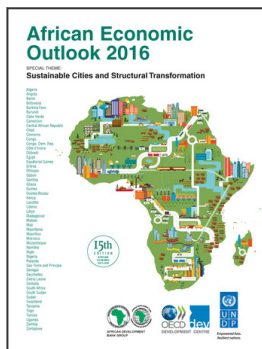
Em 1995, a agricultura foi o maior empregador, com mais de 65% dos trabalhadores no setor. No entanto, em 2014, como a taxa de urbanização cresceu para cerca de 68%, o peso da agricultura caiu para 55% do total dos trabalhadores. A participação das mulheres no setor agrícola aumentou de 55% em 1995, para 57% em 2014. O setor informal (comércio e serviços) tem um peso significativo na economia. O censo populacional de 2012 revelou que apenas 21% da força de trabalho ativa total tem ocupação e 73% não recebem um salário fixo. A maioria dos empregos são vulneráveis (48%) e 58% desses trabalhadores são pobres. Em termos de distribuição por género, as mulheres representam 57% da força de trabalho total na agricultura, 44% nos serviços e 75% no comércio.

O principal desafio da cidade de São Tomé é garantir a integração económica sustentável e a criação de emprego. A administração pública não pode absorver todos os candidatos a emprego que anualmente entram no mercado de trabalho. A maioria dos candidatos tendem a procurar emprego no setor formal, especialmente na administração pública. A inversão desta tendência é um dos grandes desafios. O novo Governo reconhece os desafios do emprego e o seu impacto na redução da pobreza. Assim, o Programa do XVI Governo Constitucional, prevê a adoção de uma nova política de crescimento, emprego e competitividade. Não obstante, a ascensão da classe média representa uma excelente oportunidade para o empreendedorismo e a criação de emprego, bem como para o aumento do consumo privado.



A migração de residentes em áreas rurais para a cidade tornou imperativo o desenvolvimento de uma estratégia nacional de urbanização uma vez que não existe um sistema de desenvolvimento urbano, nem mecanismos de planeamento em vigor. Na ausência de tal estratégia, o Governo tem vindo a utilizar a descentralização e a participação comunitária como alavancas políticas. O Governo solicitou a assistência do Banco Africano de Desenvolvimento para preparar um Plano Nacional de Planeamento, já que o último plano data de 1977. O novo plano tem como objetivo propor uma estrutura que permita a identificação dos motores-chave do setor económico e áreas de desenvolvimento (habitação, indústria, agricultura, etc.).

Várias medidas políticas foram implementadas para melhorar as condições e garantir a transformação sustentável das áreas urbanas. Tais medidas têm como objetivo proporcionar um maior acesso à água potável, saneamento básico e eletricidade em áreas rurais e garantir a segurança pública e aumentar o fornecimento de eletricidade em áreas rurais. Contudo, são necessários esforços adicionais para implementar eficazmente uma política de energia renovável e de habitação digna para as pessoas residentes em áreas rurais. Os desafios são agravados pela falta de uma estratégia clara e de políticas de controlo da migração das zonas rurais para as áreas urbanas.



From:
African Economic Outlook 2016
Sustainable Cities and Structural Transformation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "São Tomé e Príncipe", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-33-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.